



RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO		RECEITAS	SALDO		
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	REALIZADAS (b)	c = (b - a)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	31.500.000,00	31.500.000,00	33.766.003,65	2.266.003,65 (+)		
RECEITAS CORRENTES	31.500.000,00	31.500.000,00	33.766.003,65	2.266.003,65 (+)		
RECEITA PATRIMONIAL	5.250.000,00	5.250.000,00	7.458.039,31	2.208.039,31 (+)		
VALORES MOBILIÁRIOS	5.250.000,00	5.250.000,00	7.458.039,31	2.208.039,31 (+)		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26.250.000,00	26.250.000,00	26.307.964,34	57.964,34 (+)		
SUBTOTAL DAS RECEITAS	31.500.000,00	31.500.000,00	33.766.003,65	2.266.003,65 (+)		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	31.500.000,00	31.500.000,00	33.766.003,65	2.266.003,65 (+)		
TOTAL	31.500.000,00	31.500.000,00	33.766.003,65	2.266.003,65 (+)		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)			45.000.000,00			
SUPERÁVIT FINANCEIRO			45.000.000,00			
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e - f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	26.250.000,00	71.250.000,00	11.107.774,68	10.032.800,23	10.029.610,37	60.142.225,32 (+)
DESPESAS CORRENTES	14.750.000,00	39.750.000,00	6.287.798,66	5.743.324,58	5.740.134,72	33.462.201,34 (+)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.750.000,00	39.750.000,00	6.287.798,66	5.743.324,58	5.740.134,72	33.462.201,34 (+)
DESPESAS DE CAPITAL	11.500.000,00	31.500.000,00	4.819.976,02	4.289.475,65	4.289.475,65	26.680.023,98 (+)
INVESTIMENTOS	11.500.000,00	31.500.000,00	4.819.976,02	4.289.475,65	4.289.475,65	26.680.023,98 (+)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	5.250.000,00	5.250.000,00				5.250.000,00 (+)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.250.000,00	5.250.000,00				5.250.000,00 (+)
SUBTOTAL DAS DESPESAS	31.500.000,00	76.500.000,00	11.107.774,68	10.032.800,23	10.029.610,37	65.392.225,32 (+)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	31.500.000,00	76.500.000,00	11.107.774,68	10.032.800,23	10.029.610,37	65.392.225,32 (+)
SUPERÁVIT			22.658.228,97			22.658.228,97 (-)
TOTAL	31.500.000,00	76.500.000,00	33.766.003,65	10.032.800,23	10.029.610,37	42.733.996,35 (+)



4451 - FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)
ANEXO 12 LEI 4320

	INSCRITOS EM EXERC ANTERIORES (a)	INSCRITOS EM 31/DEZ DO EXERC ANTERIOR (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	160.046,69	3.130.357,95	2.913.082,12	2.908.751,36	369.059,57	12.593,71 (+)
DESPESAS CORRENTES	160.046,69	714.368,31	497.092,48	492.761,72	369.059,57	12.593,71 (+)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	160.046,69	714.368,31	497.092,48	492.761,72	369.059,57	12.593,71 (+)
DESPESAS DE CAPITAL		2.415.989,64	2.415.989,64	2.415.989,64		
INVESTIMENTOS		2.415.989,64	2.415.989,64	2.415.989,64		
TOTAL	160.046,69	3.130.357,95	2.913.082,12	2.908.751,36	369.059,57	12.593,71 (+)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Prestação de Contas Anual

Exercício: 2022

Decisão Normativa nº 02/2022 - Artigo 5º - Anexo V

ITEM III, Letra g: de 1 a 9; 11 a 12; 14 a 16 e 18 a 21.

Declaro que as Demonstrações Contábeis e relatórios supracitados, extraídos do SIAFI/MG, refletem a adequada situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - FEPDC, Unidade Orçamentária 4451 e UE 1090005.

Certifico a exatidão da movimentação contábil evidenciada conforme Notas Explicativas.

Belo Horizonte, 28 de março 2023.

Letícia Mara de Souza Silva

Coordenadora

Diretoria de Contabilidade

CRC/MG 101.600

MAMP 6138-00



BALANÇO FINANCEIRO

08/02/2023 11:35:20

RECEITA

4451 - FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)
ANEXO 13 LEI 4320

TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	33.766.003,65	12.725.338,47
RECEITAS CORRENTES	33.766.003,65	12.725.338,47
RECEITA PATRIMONIAL	7.458.039,31	2.157.331,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26.307.964,34	10.568.007,25
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.563.529,46	3.336.109,64
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.189,86	
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.074.974,45	3.130.357,95
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	485.365,15	205.751,68
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		0,01
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	4.013.745,26	1.084.412,93
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.013.745,26	1.084.412,93
OUTRAS MOVIMENTAÇÕES		239,22
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	53.855.717,08	51.007.274,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	53.855.717,08	51.007.274,35
TOTAL	93.198.995,45	68.153.374,61

DESPESA

TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.107.774,68	9.997.634,87
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.107.774,68	9.997.634,87
ESSENCIAL À JUSTIÇA	11.107.774,68	9.997.634,87
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	3.374.694,88	3.215.609,73
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		102.914,34
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.908.751,36	2.906.708,10
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	465.943,52	205.987,29
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	4.009.793,01	1.084.412,93
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.009.793,01	1.084.412,93
OUTRAS MOVIMENTAÇÕES		239,22
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	74.706.493,66	53.855.717,08
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	74.706.493,66	53.855.717,08
TOTAL	93.198.995,45	68.153.374,61



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Prestação de Contas Anual

Exercício: 2022

Decisão Normativa nº 02/2022 - Artigo 5º - Anexo V

ITEM III, Letra g: de 1 a 9; 11 a 12; 14 a 16 e 18 a 21.

Declaro que as Demonstrações Contábeis e relatórios supracitados, extraídos do SIAFI/MG, refletem a adequada situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - FEPDC, Unidade Orçamentária 4451 e UE 1090005.

Certifico a exatidão da movimentação contábil evidenciada conforme Notas Explicativas.

Belo Horizonte, 28 de março 2023.

Letícia Mara de Souza Silva

Coordenadora

Diretoria de Contabilidade

CRC/MG 101.600

MAMP 6138-00



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

4451 - FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)
ANEXO 14 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
1	ATIVO	227.540.962,74	98.452.216,38
1.1	ATIVO CIRCULANTE	181.276.321,69	54.067.651,02
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	74.706.493,66	53.855.717,08
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	74.706.493,66	53.855.717,08
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	74.521.746,29	53.854.187,41
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	26.329,04	5.686,53
1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS	74.495.417,25	53.848.500,88
1.1.1.1.1.2	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - INTRA OFSS	184.747,37	1.529,67
1.1.1.1.2.03	RECURSOS FINANCEIROS CENTRALIZADOS CONTA UNICA A RECEBER - ARRECADACAO DAE	184.747,37	1.529,67
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	106.550.971,73	182.824,52
1.1.3.8	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	106.550.971,73	182.824,52
1.1.3.8.1	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	106.550.971,73	182.824,52
1.1.3.8.1.88	OUTROS CREDITOS A RECEBER	106.550.971,73	182.824,52
1.1.4	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	239,22
1.1.4.1	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	239,22
1.1.4.1.1	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	239,22
1.1.4.1.1.01	TÍTULOS E DIREITOS DE CRÉDITO	0,00	239,22
1.1.5	ESTOQUES	18.856,30	28.870,20
1.1.5.6	ALMOXARIFADO	18.856,30	28.870,20
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	18.856,30	28.870,20
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO	18.856,30	28.870,20
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	46.264.641,05	44.384.565,36
1.2.3	IMOBILIZADO	46.125.377,37	44.241.282,11
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	8.197.368,68	6.148.535,78
1.2.3.1.1	BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	8.197.368,68	6.148.535,78
1.2.3.1.1.01	BENS MOVEIS	8.197.368,68	6.148.535,78
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS	40.000.000,00	40.000.000,00
1.2.3.2.1	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	40.000.000,00	40.000.000,00
1.2.3.2.1.03	OBRAS E INSTALACOES EM ANDAMENTO	40.000.000,00	40.000.000,00
1.2.3.8	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-2.071.991,31	-1.907.253,67
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-2.071.991,31	-1.907.253,67
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	-2.071.991,31	-1.907.253,67
1.2.4	INTANGIVEL	139.263,68	143.283,25
1.2.4.1	SOFTWARES	143.283,25	143.283,25
1.2.4.1.1	SOFTWARES - CONSOLIDAÇÃO	143.283,25	143.283,25
1.2.4.1.1.01	SOFTWARES	143.283,25	143.283,25
1.2.4.8	(-) AMORTIZACAO ACUMULADA	-4.019,57	0,00
1.2.4.8.1	(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - CONSOLIDAÇÃO	-4.019,57	0,00
1.2.4.8.1.01	(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - SOFTWARES	-4.019,57	0,00
TOTAL DO ATIVO		227.540.962,74	98.452.216,38



BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

4451 - FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)
ANEXO 14 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	227.540.962,74	98.452.216,38
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	29.367,01	2.663,98
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	7.520,62	0,00
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	7.520,62	0,00
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	7.520,62	0,00
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	7.520,62	0,00
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	21.846,39	2.663,98
2.1.8.8	VALORES RESTITUIVEIS	21.846,39	2.663,98
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	21.846,39	2.663,98
2.1.8.8.1.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE	2.473,46	2.386,48
2.1.8.8.1.03	CONTRIBUICOES/RETENCOES/DESCONTOS INSTITUTOS/ENTIDADES DE PREVIDENCIA	19.260,94	0,00
2.1.8.8.1.88	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	111,99	277,50
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	227.511.595,73	98.449.552,40
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	227.511.595,73	98.449.552,40
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	227.511.595,73	98.449.552,40
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	264.338.219,34	135.007.793,87
2.3.7.1.1.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	129.330.425,47	5.210.549,64
2.3.7.1.1.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	135.007.793,87	129.797.244,23
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	-34.872.691,23	-34.876.643,48
2.3.7.1.2.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	3.952,25	0,00
2.3.7.1.2.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-34.876.643,48	-34.876.643,48
2.3.7.1.3	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-1.831,43	0,00
2.3.7.1.3.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-1.831,43	0,00
2.3.7.1.5	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	-1.952.100,95	-1.681.597,99
2.3.7.1.5.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-270.502,96	-1.681.597,99
2.3.7.1.5.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-1.681.597,99	0,00
TOTAL DO PASSIVO		227.540.962,74	98.452.216,38

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - (LEI Nº 4.320/1964)

TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
ATIVO		
ATIVO FINANCEIRO	181.257.465,39	54.038.541,60
ATIVO PERMANENTE	46.283.497,35	44.413.674,78
TOTAL DO ATIVO	227.540.962,74	98.452.216,38
PASSIVO		
PASSIVO FINANCEIRO	1.112.604,41	3.293.068,62
TOTAL DO PASSIVO	1.112.604,41	3.293.068,62
SALDO PATRIMONIAL	226.428.358,33	95.159.147,76



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2022

08/02/2023 12:50:12

BALANÇO PATRIMONIAL

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - (LEI Nº 4.320/1964)

4451 - FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)
ANEXO 14 LEI 4320

TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	1.053.630,43	1.339.176,05
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.053.630,43	1.339.176,05
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	94.079,66	94.079,72
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	6.121.673,41	5.516.445,52
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	6.215.753,07	5.610.525,24



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Prestação de Contas Anual

Exercício: 2022

Decisão Normativa nº 02/2022 - Artigo 5º - Anexo V

ITEM III, Letra g: de 1 a 9; 11 a 12; 14 a 16 e 18 a 21.

Declaro que as Demonstrações Contábeis e relatórios supracitados, extraídos do SIAFI/MG, refletem a adequada situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - FEPDC, Unidade Orçamentária 4451 e UE 1090005.

Certifico a exatidão da movimentação contábil evidenciada conforme Notas Explicativas.

Belo Horizonte, 28 de março 2023.

Letícia Mara de Souza Silva

Coordenadora

Diretoria de Contabilidade

CRC/MG 101.600

MAMP 6138-00



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

08/02/2023 13:00:22

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA

4451 - FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)
ANEXO 15 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	409.563.883,10	16.259.577,68
4.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	7.458.039,31	2.155.917,59
4.4.4	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,01
4.4.4.1	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,01
4.4.4.1.1	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	0,01
4.4.4.1.1.01	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,01
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	7.458.039,31	2.155.917,58
4.4.5.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	7.458.039,31	2.155.917,58
4.4.5.1.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	7.458.039,31	2.155.917,58
4.4.5.1.1.01	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	7.458.039,31	2.155.917,58
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	4.013.745,26	1.084.412,93
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.013.745,26	1.084.412,93
4.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.013.745,26	1.084.412,93
4.5.1.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	4.013.745,26	1.084.412,93
4.5.1.1.2.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA	4.007.178,91	1.082.298,33
4.5.1.1.2.01.02	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	4.007.178,91	1.082.298,33
4.5.1.1.2.03	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA	3.952,25	0,00
4.5.1.1.2.03.01	TRANSFERENCIA/MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA-ESCRITURAL	3.952,25	0,00
4.5.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	2.614,10	2.114,60
4.5.1.1.2.99.02	OPERACOES FINANCEIRAS ATIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	2.561,01	2.114,60
4.5.1.1.2.99.99	CANCELAMENTO DE COTA FINANCEIRA	53,09	0,00
4.5.1.1.2.99.99.03	CANCELAMENTO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	53,09	0,00
4.6	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	504,40	28,75
4.6.3	GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	504,40	28,75
4.6.3.9	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	504,40	28,75
4.6.3.9.1	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	504,40	28,75
4.6.3.9.1.01	INCORPORAÇÃO DE ESTOQUES	504,40	28,75
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	398.091.594,13	13.019.218,41
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	398.091.594,13	13.019.218,41
4.9.9.5	MULTAS ADMINISTRATIVAS	18.923.400,82	10.285.663,70
4.9.9.5.1	MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDAÇÃO	18.923.400,82	10.285.663,70
4.9.9.5.1.01	MULTAS ADMINISTRATIVAS	18.923.400,82	10.285.663,70
4.9.9.6	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	0,00	5.087,70
4.9.9.6.1	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	5.087,70
4.9.9.6.1.01	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	5.087,70
4.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	379.168.193,31	2.728.467,01
4.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	374.363.050,81	563.925,35
4.9.9.9.1.06	INSCRIÇÃO/ATUALIZAÇÃO DE DIREITOS	374.242.533,08	461.494,01
4.9.9.9.1.09	REVERSAO DE DEPRECIACAO/AMORTIZACAO/EXAUSTAO E REAVALIACAO DE BENS	120.517,73	102.192,12
4.9.9.9.1.77	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - BALANÇO FINANCEIRO	0,00	239,22
4.9.9.9.1.77.01	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA FATOS DIVERSOS BALANÇO FINANCEIRO	0,00	239,22
4.9.9.9.1.77.01.01	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA CREDITOS EM CIRCULAÇÃO B.F	0,00	239,22
4.9.9.9.2	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	4.805.142,50	2.164.541,66
4.9.9.9.2.88	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	4.805.142,50	2.164.541,66
4.9.9.9.2.88.02	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	4.805.142,50	2.164.541,66
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		409.563.883,10	16.259.577,68
TOTAL GERAL		409.563.883,10	16.259.577,68



VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA

4451 - FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)
ANEXO 15 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	280.501.839,77	12.730.626,03
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	6.457.579,17	3.754.994,02
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	147.462,06	280.687,24
3.3.1.1	CONSUMO DE MATERIAL	147.462,06	280.687,24
3.3.1.1.1	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	147.462,06	280.687,24
3.3.1.1.1.01	CONSUMO DE MATERIAL/MEDICAMENTOS	147.462,06	280.687,24
3.3.2	SERVIÇOS	6.020.842,17	3.175.612,07
3.3.2.1	DIÁRIAS	319.776,93	137.537,35
3.3.2.1.1	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	319.776,93	137.537,35
3.3.2.1.1.01	DIARIAS DE VIAGEM-PESSOAL CIVIL/MILITAR	319.776,93	137.537,35
3.3.2.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	1.851.171,62	1.456.964,69
3.3.2.2.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	1.851.171,62	1.456.964,69
3.3.2.2.1.01	SERVICOS TERCEIROS - PF	1.851.171,62	1.456.964,69
3.3.2.3	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	3.849.893,62	1.581.110,03
3.3.2.3.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	3.849.893,62	1.581.110,03
3.3.2.3.1.01	SERVICOS TERCEIROS - PJ	3.849.893,62	1.581.110,03
3.3.3	DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	289.274,94	298.694,71
3.3.3.1	DEPRECIACÃO	285.255,37	298.694,71
3.3.3.1.1	DEPRECIACÃO - CONSOLIDAÇÃO	285.255,37	298.694,71
3.3.3.1.1.01	BENS MÓVEIS	285.255,37	298.694,71
3.3.3.2	AMORTIZACÃO	4.019,57	0,00
3.3.3.2.1	AMORTIZACÃO - CONSOLIDAÇÃO	4.019,57	0,00
3.3.3.2.1.01	AMORTIZACAO - INTANGIVEL	4.019,57	0,00
3.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	13.699,46	0,00
3.4.4	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	13.699,46	0,00
3.4.4.1	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	13.699,46	0,00
3.4.4.1.1	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	13.699,46	0,00
3.4.4.1.1.01	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	13.699,46	0,00
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	8.517.816,28	6.581.582,63
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.009.793,01	1.084.412,93
3.5.1.1	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA	4.009.793,01	1.084.412,93
3.5.1.1.2	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS	4.009.793,01	1.084.412,93
3.5.1.1.2.01	COTA FINANCEIRA CONCEDIDA	4.007.178,91	1.082.298,33
3.5.1.1.2.01.02	COTA FINANCEIRA CONCEDIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	4.007.178,91	1.082.298,33
3.5.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	2.614,10	2.114,60
3.5.1.1.2.99.02	OPERACOES FINANCEIRAS PASSIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	2.561,01	2.114,60
3.5.1.1.2.99.99	RESTITUICAO COTA FINANCEIRA RECEBIDA	53,09	0,00
3.5.1.1.2.99.99.03	RESTITUICAO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	53,09	0,00
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTER GVERNAMENTAIS	270.502,96	1.681.597,99
3.5.2.4	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	270.502,96	1.681.597,99
3.5.2.4.5	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	270.502,96	1.681.597,99
3.5.2.4.5.88	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA DECORRENTE DE FATOS GERADORES DIVERSOS	270.502,96	1.681.597,99
3.5.2.4.5.88.02	CONCESSAO DE AUXILIOS/CONTRIBUICOES	270.502,96	1.681.597,99
3.5.4	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	4.237.520,31	3.815.571,71
3.5.4.1	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	4.237.520,31	3.815.571,71
3.5.4.1.1	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS - CONSOLIDACAO	4.237.520,31	3.815.571,71
3.5.4.1.1.01	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	4.237.520,31	3.815.571,71
3.7	TRIBUTÁRIAS	1.831,43	0,00
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	1.831,43	0,00
3.7.2.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.831,43	0,00
3.7.2.1.3	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTER OFSS - UNIÃO	1.831,43	0,00
3.7.2.1.3.01	CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.831,43	0,00



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

08/02/2023 13:00:22

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA

4451 - FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)
ANEXO 15 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	265.510.913,43	2.394.049,38
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	265.510.913,43	2.394.049,38
3.9.9.6	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	41.591,50	18.932,42
3.9.9.6.1	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDACAO	41.591,50	18.932,42
3.9.9.6.1.01	INDENIZACOES E RESTITUICOES	41.591,50	18.932,42
3.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	265.469.321,93	2.375.116,96
3.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	260.664.179,43	210.575,30
3.9.9.9.1.06	BAIXA DE BENS E DIREITOS	204.535,84	210.575,30
3.9.9.9.1.77	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - BALANCO FINANCEIRO	260.459.643,59	0,00
3.9.9.9.1.77.01	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA FATOS DIVERSOS BALANCO FINANCEIRO	260.459.643,59	0,00
3.9.9.9.1.77.01.01	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA - CREDITOS EM CIRCULACAO B.F	260.459.643,59	0,00
3.9.9.9.2	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	4.805.142,50	2.164.541,66
3.9.9.9.2.88	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	4.805.142,50	2.164.541,66
3.9.9.9.2.88.02	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	4.805.142,50	2.164.541,66
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		280.501.839,77	12.730.626,03
RESULTADO PATRIMONIAL - SUPERÁVIT VERIFICADO		129.062.043,33	3.528.951,65
TOTAL GERAL		409.563.883,10	16.259.577,68



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Prestação de Contas Anual

Exercício: 2022

Decisão Normativa nº 02/2022 - Artigo 5º - Anexo V

ITEM III, Letra g: de 1 a 9; 11 a 12; 14 a 16 e 18 a 21.

Declaro que as Demonstrações Contábeis e relatórios supracitados, extraídos do SIAFI/MG, refletem a adequada situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - FEPDC, Unidade Orçamentária 4451 e UE 1090005.

Certifico a exatidão da movimentação contábil evidenciada conforme Notas Explicativas.

Belo Horizonte, 28 de março 2023.

Letícia Mara de Souza Silva

Coordenadora

Diretoria de Contabilidade

CRC/MG 101.600

MAMP 6138-00



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
QUADRO - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

4451 - FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)

TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	33.768.660,16	12.725.338,47
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	33.766.003,65	12.725.338,47
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	2.656,51	
DESEMBOLSOS	10.681.233,36	9.074.645,75
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	6.173.210,09	3.553.857,27
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	4.508.023,27	5.497.169,70
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		23.618,78
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	23.087.426,80	3.650.692,72
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
DESEMBOLSOS	2.236.650,22	802.249,99
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.236.650,22	802.249,99
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-2.236.650,22	-802.249,99
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	20.850.776,58	2.848.442,73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL (1)	53.855.717,08	51.007.274,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL (2)	74.706.493,66	53.855.717,08
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO EXERCÍCIO (2 - 1)	20.850.776,58	2.848.442,73

QUADRO - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
RECEITA PATRIMONIAL		1.413,64
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	7.458.039,31	2.155.917,58
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	26.307.964,34	10.568.007,25
TOTAL DAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	33.766.003,65	12.725.338,47

QUADRO - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
INTERGOVERNAMENTAIS	270.502,96	1.681.597,99
MUNICÍPIOS	270.502,96	1.681.597,99
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	4.237.520,31	3.815.571,71
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	4.508.023,27	5.497.169,70



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2022

08/02/2023 12:45:20

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
QUADRO - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

4451 - FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)

T Í T U L O	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
ESSENCIAL À JUSTIÇA	6.173.210,09	3.553.857,27
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	6.173.210,09	3.553.857,27

** REFERE-SE AO RPP DE PESSOAL QUE É CONSIDERADO PAGO NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Prestação de Contas Anual

Exercício: 2022

Decisão Normativa nº 02/2022 - Artigo 5º - Anexo V

ITEM III, Letra g: de 1 a 9; 11 a 12; 14 a 16 e 18 a 21.

Declaro que as Demonstrações Contábeis e relatórios supracitados, extraídos do SIAFI/MG, refletem a adequada situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - FEPDC, Unidade Orçamentária 4451 e UE 1090005.

Certifico a exatidão da movimentação contábil evidenciada conforme Notas Explicativas.

Belo Horizonte, 28 de março 2023.

Letícia Mara de Souza Silva

Coordenadora

Diretoria de Contabilidade

CRC/MG 101.600

MAMP 6138-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO
CONSUMIDOR – FEPDC

Unidade Orçamentária – 4451

2022

O Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (FEPDC) apresenta as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público do exercício 2022, fazendo comparações com as do exercício anterior, quando aplicável.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as Notas Explicativas têm como objetivo fornecer informações adicionais às apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis, sendo consideradas parte integrante das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

As Notas foram elaboradas com o propósito de proporcionar um melhor entendimento e contribuir para a transparência na gestão pública.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O FEPDC é um instrumento financeiro criado para apoiar e implementar programas, projetos e atividades que visem o cumprimento dos objetivos da Política Estadual de Proteção das Relações de Consumo, a fim de prevenir e reparar danos causados aos consumidores.

Sem personalidade jurídica e com duração indeterminada, o Fundo é regulamentado pela Lei Complementar n.º 66, de 22 de janeiro de 2003, atualizada pela Lei Complementar Nº 144, de 27 de julho de 2017, pela LC 119 de janeiro de 2011 e pelas disposições contidas na Resolução PGJ Nº 22, de 24 de outubro de 2017. Seu Regimento Interno foi aprovado pelo Conselho Gestor em 25/04/2018.

A gestão do Fundo é conduzida pela Procuradoria Geral de Justiça, a legislação concernente define que a Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta Administrativa – PGJAA, por meio da Secretaria-Executiva do FEPDC e da Superintendência de Finanças, desempenhará as atividades de agente executor e agente financeiro do Fundo.

Suas ações são executadas pelas Coordenadorias Regionais de Defesa do Consumidor e tem a Secretaria do Procon como responsável pela estrutura administrativa, que por sua vez, coordena as atividades voltadas à educação para o consumo e à fiscalização das relações de consumo.

O Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (FEPDC) tem como objetivo principal aplicar os recursos financeiros arrecadados em projetos e atividades que visem a defesa e o direito do consumidor, bem como na educação para o consumo e na capacitação e modernização dos órgãos públicos. Os critérios de análise dos projetos são definidos no Aviso Conjunto FUNEMP/FEPDC Nº1 de 24/01/2020.

Suas ações são executadas pelas Coordenadorias Regionais de Defesa do Consumidor e tem a Secretaria do Procon como responsável pela estrutura administrativa, que por sua vez, coordena as atividades voltadas à educação para o consumo e à fiscalização das relações de consumo.

Em 2022, o FEPDC executou projetos relevantes na proteção e defesa dos direitos nas relações de consumo e firmou Termos de Descentralização de Créditos Orçamentários – TDCO e convênios com entidades mineiras.

O sistema utilizado pelo Ministério Público de Minas Gerais e pelos Fundos por ele geridos é o SIAFI/MG – Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais, que é gerido pela Superintendência Central de Contabilidade Governamental da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais. Este sistema está passando por reestruturação para atender às Normas Internacionais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme a Portaria Nº 184/2008 do Ministério da Fazenda e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A presente Nota foi elaborada pela Diretoria de Contabilidade, sobre as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), elaboradas pela Superintendência Central de Contabilidade Governamental da Secretaria do Estado de Fazenda de Minas Gerais,

compostas pelos demonstrativos exigidos pela Lei n. 4.320/1964 e pelos enumerados nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCTSP.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com propósito de fornecer informações sobre a situação patrimonial, desempenho e fluxo de caixa em conformidade à legislação aplicável.

Assim, as Demonstrações Contábeis são compostas de:

- a. Balanço Orçamentário;
- b. Balanço Financeiro;
- c. Balanço Patrimonial;
- d. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- f. Notas Explicativas.

Foram emitidas consolidando Unidades Executoras 1090005, 1090009, 1090010, 1090017, 1090018, 1090021, 1090025, 1090034 e 1090035, no que couber.

2.1. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, evidencia a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento, ou seja, confronta o orçamento inicial e as suas alterações com os valores executado demonstrando o resultado orçamentário.

Os recursos do orçamento para o FEPDC em 2022 foram autorizados por meio da Lei Orçamentária Anual, Lei Estadual Nº 24.013, de 30/11/2021 e foram alocados no apoio às ações de PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, ação constante do Programa de Defesa do Consumidor, que faz parte do PPAG 2020-2023.

PROGRAMA PPA	AÇÃO
738 – PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	256 - Apoio às Ações de Proteção e Defesa ao Consumidor

Em 08/07/2022 foi aprovada a Lei Estadual Nº 24.208, autorizando a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$45.000.000,00, por meio de utilização do superávit financeiro apurado em 31/12/2021.

Foi publicado em 16/07/2022, o Decreto NE 430/2022, elevando os créditos autorizados para R\$76.500.000,00, distribuídos nos grupos de “Outras Despesas Correntes” e “Investimentos”, conforme explicitado nas notas explicativas ao Balanço Orçamentário.

A partir de 2019, o FEPDC iniciou a descentralização de créditos orçamentários com a celebração de TDCO com órgãos parceiros para desenvolvimento de atividades afetas ao Direito do Consumidor, consoante demonstrado abaixo:

TDCO	UNIDADE EXECUTORA	ÓRGÃO PARCEIRO	OBJETO
135/2019	1090009	Fundação Ezequiel Dias - FUNED	Desenvolvimento e implantação de metodologias analíticas para detectar os alimentos alergênicos regulamentados pela RDC 26/2015
131/2019	1090010	Polícia Civil de Minas Gerais/Departamento Estadual de Investigação de Fraudes	Reestruturação das Delegacias Especializadas de Investigação de Crime Cibernético e criação do respectivo Laboratório
042/2020	1090013	SEE- Secretaria de Estado de Educação	Hortas Escolares – Educação para o consumo e garantia de qualidade dos alimentos nas escolas do campo de Minas Gerais
089/2020	1090017	Polícia Civil de Minas Gerais	Viatura Adequada, Investigação Qualificada; Fortalecimento da Identidade Visual e Aquisição de Sistema Verificador de Adulteração de Bebidas
003/2021	1090018	Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais	Potencialização do serviço de segurança contra incêndio e pânico: desenvolvimento de

			aplicativo mobile para vistorias e para acesso do cidadão
121/2020	1090021	Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA	Programa Segurança Alimentar - Agrotóxicos
064/2021	1090025	Polícia Civil de Minas Gerais	Delegacia do Consumidor de Governador Valadares
026/2022	1090034	Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais - AGE	Estruturação da Dívida Ativa não Tributária decorrente de infrações aplicadas pelo PROCON/MG
028/2022	1090035	Polícia Civil de Minas Gerais	Implantação de Laboratório Avançado para Extração de Dados em Aparelhos de Telefone Celular no Âmbito da Superintendência de Polícia Técnico-Científica
068/2022	1090038	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – SEAPA	Queijo Minas Legal

Dos projetos acima mencionados apenas o 028/2022 encontra-se encerrado.

Também com o objetivo de aprimoramento das atividades afetas ao Direito do Consumidor, o FEPDC tem firmado convênios com municípios e consórcios intermunicipais conforme demonstrado abaixo:

CONVÊNIO	EMPENHO / ANO	PROJETO	PROPONENTE
134/20	227/2020	Procon com + de 1 ano da lei de criação	Procon de Teófilo Otoni
127/20	228/2020	Procon com + de 1 ano da lei de criação	Procon de Juiz de Fora
129/20	231/2020	Procon com + de 1 ano da lei de criação	Procon de Curvelo
132/20	229/2020	SIM - Patos de Minas	Prefeitura de Patos de Minas
123/20	230/2020	SIM - Araguari	Prefeitura de Araguari
133-A/20	232/2020	Procon com - de 1 ano da lei de criação	Procon de Diamantina
128-A/20	234/2020	Procon com + de 1 ano da lei de criação	Procon Ubá
124/20	233/2020	Procon com + de 1 ano da lei de criação	Procon de Conselheiro Lafaiete
126/20	235/2020	Procon com + de 1 ano da lei de criação	Procon de Contagem
130/20	237/2020	Procon com + de 1 ano da lei de criação	Procon de Uberlândia

129-A/20	239/2020	SIM - Janaúba	Consórcio União da Serra Geral - Janaúba
133/20	238/2020	Procon com + de 1 ano da lei de criação	Procon de Ituiutaba
131/20	241/2020	SIM - Ituiutaba	Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (CIDES)
128/20	240/2020	SIM - Divinópolis	CIAS-CENTRO OESTE (substituto do extinto CIMCOM)
136/20	242/2020	SIM - Conselheiro Lafaiete	Prefeitura de Conselheiro Lafaiete
135/20	243/2020	Procon Regional	Procon de Boa Esperança
025/21	30/2021	SIM - Montes Claros	Prefeitura de Montes Claros
061/21	152/2021	"Operacionalização do Serviço de Inspeção Sanitária Regional no Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais"	Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha
062/21	163/2021	"Adequação da Estrutura do Procon-Valadares"	Município de Governador Valadares
060/21	164/2021	"Operacionalização do Serviço de Inspeção Sanitária Regional no Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais"	Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Almenara - CISRAL
054/21	230/2020	"Apoio Logístico - Aquisição de veículo, mobiliário e equipamentos de informática"	Prefeitura de Araguari
068/21	221/2021	Projeto de Regionalização do PROCON da Região do Médio Jequitinhonha-Minas Gerais	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável do Médio Jequitinhonha - CIDSMEJE
067/21	240/2021	Regionalização do Procon no Norte de Minas Gerais	Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da SUDENE - CIMAMS
087/21	325/2021	Articulação, a integração e o intercâmbio institucional entre os partícipes, visando à implementação do Projeto "Estruturação e Manutenção do Serviço de Inspeção Regional"	Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba - CODAP
088/21	330/2021	"Programa Regional de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON Regional Alto do Paraopeba"	Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba-CODAP
079/21	368/2021	"Programa Regional de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon Regional CIDES"	Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (CIDES)
018/22	074/2022	"Estruturação do Serviço de Inspeção Sanitária Regional no Vale do Jequitinhonha-Minas Gerais"	Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - CIMAMS

027/22	154/2022	Estruturação e Manutenção do Serviço de Inspeção Municipal Consorciado	Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio Espinhaço - CIMME
047/22	262/2022	"Complementação de equipamentos do Serviço de Inspeção Municipal - SIM"	Prefeitura de Formiga
058/22	279 e 280/2022	"Estruturação do Serviço de Inspeção Municipal no Médio Jequitinhonha Minas Gerais - SIM/CIDSMEJE"	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Médio Jequitinhonha - CIDSMEJE
057/22	277 e 278/2022	"Estruturação e Manutenção do Serviço de Inspeção Municipal Consorciado- SIM/CIMDOCE"	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável do Médio Rio Doce - CIMDOCE
059/22	281/2022	"Programa Regional de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon Regional do Médio Rio Doce"	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável do Médio Rio Doce - CIMDOCE

Dos convênios acima, 6 encontram-se encerrados: 128/2020, 133/2020, 127/2020, 126/2020, 135/2020, 128A/2020 e 060/2021.

2.1.1. Receitas

O valor total do orçamento autorizado para 2022 foi de R\$31.500.000,00, inicialmente, assim distribuídos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS 2022	% DE REALIZAÇÃO
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	31.500.000,00	33.766.003,65	107,19%
RECEITAS CORRENTES	5.250.000,00	7.458.039,31	23,68%
VALORES MOBILIÁRIOS	5.250.000,00	7.458.039,31	23,68%
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	-	-	0,00%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26.250.000,00	26.307.964,34	83,52%
TOTAL	31.500.000,00	33.766.003,65	107,19%

Verifica-se que houve o cumprimento da arrecadação das receitas orçamentárias, inclusive excedendo à previsão orçamentária, atingindo 107,19% do total planejado. Ressalta-se que a peça orçamentária é baseada em previsões de arrecadação, que são concretizadas conforme a ocorrência dos fatos no cotidiano.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	RECEITAS REALIZADAS 2022	RECEITAS REALIZADAS 2021
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	33.766.003,65	12.725.338,47
RECEITAS CORRENTES	7.458.039,31	2.157.331,22
VALORES MOBILIÁRIOS	7.458.039,31	2.155.917,58
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	-	1.413,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26.307.964,34	10.568.007,25
TOTAL	33.766.003,65	12.725.338,47

No grupo OUTRAS RECEITAS CORRENTES, observa-se um notável aumento de 148,94% em relação ao exercício anterior de 2021, em decorrência do acréscimo das multas previstas na legislação, aplicadas pelo PROCON-MG. A partir de setembro de 2021, essas multas passaram a ser recebidas por meio de boletos bancários, visando melhor controle e agilidade. Este grupo representa 77,91% do total arrecadado no período.

O crescimento na conta de VALORES MOBILIÁRIOS, que se elevou em 245,93% em comparação a 2021, é atribuído ao aumento do saldo bancário e da taxa de juros dos rendimentos financeiros, que rentabilizam os recursos do Fundo, totalmente aplicados em Títulos Públicos.

2.1.2. Despesas

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADAS	% EMPENHADO	LIQUIDADAS	PAGAS
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	71.250.000,00	11.107.774,68	15,59	10.032.800,23	10.029.610,37
DESPESAS CORRENTES	39.750.000,00	6.287.798,66	15,82	5.743.324,58	5.740.134,72
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.750.000,00	6.287.798,66	15,82	5.743.324,58	5.740.134,72
DESPESAS DE CAPITAL	31.500.000,00	4.819.976,02	15,30	4.289.475,65	4.289.475,65
INVESTIMENTOS	31.500.000,00	4.819.976,02	15,30	4.289.475,65	4.289.475,65
DESPESAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS	5.250.000,00		-		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.250.000,00		-		
SUBTOTAL DAS DESPESAS	76.500.000,00	11.107.774,68	14,52	10.032.800,23	10.029.610,37
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	76.500.000,00	11.107.774,68	14,52	10.032.800,23	10.029.610,37
SUPERÁVIT		22.658.228,97	-		
TOTAL	76.500.000,00	33.766.003,65	44,14	10.032.800,23	10.029.610,37

Durante suas atividades, o Fundo conseguiu uma economia orçamentária de R\$65.392.225,32, equivalente a 85,48% da Dotação Atualizada.

Foram executados apenas 13,97% do total das Despesas Correntes e 15,30% das Despesas de Capital autorizadas para o exercício. É importante lembrar que, ao aprovar um projeto, especialmente por meio de um Termo de Descentralização de Créditos Orçamentários, a dotação orçamentária fica reservada, cabendo ao órgão solicitante a execução dessa rubrica, o que pode não ocorrer no exercício financeiro.

O Fundo apresentou um aumento de 11,10% no total das despesas em relação ao exercício anterior, devido ao crescimento nas Despesas Correntes, destacando-se as **DESPESAS COM SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DIÁRIAS e DESPESAS COM LOCOMOÇÃO**. Essas últimas se justificam pela retomada das atividades de fiscalização de estabelecimentos pelo Procon, o que foi possível diante do arrefecimento da pandemia.

A Unidade Executora 1090035 foi responsável pela totalidade da execução das **DESPESAS COM SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, conforme o TDCO 028/2022 firmado com a Polícia Civil de Minas Gerais. O objetivo do projeto, intitulado "Implantação de Laboratório Avançado para Extração de Dados em Aparelhos de Telefone Celular no Âmbito da Superintendência de Polícia Técnico-Científica" (SEI 19.16.2003.0000453/2022-04), é custear a implementação do referido laboratório.

DESPESAS DE CAPITAL	2022	2021
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	270.502,96	397.512,68
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	3.795.167,51	3.675.409,30
SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	513.876,00	-
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	240.429,55	2.069.095,03
TOTAL	4.819.976,02	6.142.017,01

Houve decréscimo nas DESPESAS DE CAPITAL em relação ao exercício anterior, na rubrica EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE que apresentou aumento excepcional em 2021, quando houve a aquisição de sistema verificador de adulteração de bebidas, por meio do TDCO 089/2020, Unidade Executora 1090017. SEI 19.16.2004.0011077/2020-73.

Das despesas totais executadas pelo FEPDC, que totalizaram R\$11.107.774,68, 78,14% foram executadas pela UE 1090005 - FEPDC, enquanto o restante foi realizado através de Termos de Descentralização de Créditos Orçamentários, que possuem unidades executoras próprias, conforme apresentado no quadro abaixo:

UNIDADE EXECUTORA	ÓRGÃO GESTOR	TDCO	DESPESA EMPENHADA 2022	% DO TOTAL DA UO	DESPESA EMPENHADA 2021	% DO TOTAL DA UO
1090009	Fundação Ezequiel Dias – FUNED	135/2019	26.785,55	0,24	381.825,13	3,82
1090017	Polícia Civil Estado de Minas Gerais	089/2020	140.373,30	1,26	105.299,99	1,05
1090018	Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais	003/2021	513.876,00	4,63		
1090021	Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA	121/2020	50.089,82	0,45	1.968.296,04	19,69
1090025	Delegacia do Consumidor do Governador Valadares	064/2021	39.966,37	0,36		
1090034	Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais - AGE	026/2022	19.408,52	0,17		
1090035	Polícia Civil Estado de Minas Gerais	028/2022	1.637.255,51	14,74		
TOTAL			2.427.755,07	21,86	2.455.421,16	24,56

A Unidade Executora 1090035, TDCO 028/2022, foi responsável por 67,44% da execução da despesa realizada por meio dos Termos de Descentralização de Créditos Orçamentários. Esse termo foi celebrado com a Polícia Civil de Minas Gerais, conforme já explicitado na página 6 deste relatório. (SEI 19.16.2003.0000453/2022-04)

Em relação aos convênios, a Unidade Executora 1090005, transferiu R\$3.466.948,10 às instituições municipais, conforme demonstrado abaixo:

CONVÊNIO	PROPONENTE	DESPESA EMPENHADA 2022
027/2022	Consórcio Interm. Multifinalitário Médio Espinhaço - CIMME	148.964,00
047/2022	Município de Formiga	249.500,00
058/2022	Consórcio Interm. Desenvolvimento Sustentável Região do Médio Jequitinhonha - CIDSMEJE	270.502,90
057/2022	Consórcio Interm. Desenvolvimento Sustentável Médio Rio Doce - CIMDOCE	625.980,10
059/2022	Consórcio Interm. Desenvolvimento Sustentável Médio Rio Doce – CIMDOCE	975.980,10
018/2022	Consórcio Interm. Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS	1.196.021,00
TOTAL		3.466.948,10

2.1.3. Restos a Pagar

Foram inscritos para o ano de 2022, um saldo de RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (RPNP) no valor de R\$3.290.404,64, dos quais houve pagamentos no montante de R\$2.908.751,36 e cancelamentos de R\$369.059,57.

Dentre as despesas executadas, houve a inscrição de RPNP para o exercício de 2023, no valor total de R\$1.083.237,40, sendo que R\$8.262,95 são referentes a anos anteriores e o

restante, R\$1.074.974,45, do próprio exercício. Tais valores são decorrentes de contratos celebrados pelo Fundo, incluindo serviços, fornecimento e aluguéis. Na tabela abaixo consta a inscrição de Restos a Pagar não Processados por Unidade Executora.

UNIDADES EXECUTORAS	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO	TOTAL
1090005	8.262,95	535.222,37	543.485,32
1090009	0,00	5.388,35	5.388,35
1090018	0,00	513.876,00	513.876,00
1090025	0,00	16.624,37	16.624,37
1090034	0,00	3.863,36	3.863,36
TOTAL	8.262,95	1.074.974,45	1.083.237,40

Na Unidade Executora 1090005 - FEPDC, dos R\$543.485,32 inscritos para 2023, há saldos remanescentes dos exercícios de 2020 no valor de R\$1.200,80, de 2021 no valor de R\$7.062,15 e o restante refere-se ao exercício de 2022.

Com relação aos Restos a Pagar Processados, dos R\$7.520,62, há saldos remanescentes do exercício de 2021 no valor de R\$4.330,76 e em 2022 foram inscritos R\$3.189,86.

Importante destacar que a Comissão Inventariante, instituída pela Portaria Nº 3.901/2022, responsável por inventariar os Valores em Tesouraria e Passivo, bem como os Valores registrados em Restos a Pagar, realizou inspeções e consultas às unidades responsáveis pelo gerenciamento das informações, a fim de assegurar o posicionamento das contas pertencentes a cada contrato. Em relatório conclusivo, a comissão certificou os saldos dos Restos a Pagar Inscritos.

2.1.4. Resultado

RECEITAS REALIZADAS	DESPEAS EMPENHADAS	RESULTADO
33.766.003,65	11.107.774,68	22.658.228,97

Em relação ao maior resultado orçamentário neste exercício, ou seja, um menor percentual de utilização do orçamento, a Secretaria Executiva esclareceu que preza pela qualidade do gasto público, aguardando o melhor projeto para atender aos seus objetivos.

2.2. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

Em conformidade ao MCASP o Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra-orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

RECEITA REALIZADA	2022	2021	VARIAÇÃO	%
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	33.766.003,65	12.725.338,47	21.040.665,18	165,34%
RECEITAS CORRENTES	33.766.003,65	12.725.338,47	21.040.665,18	165,34%
RECEITA PATRIMONIAL	7.458.039,31	2.157.331,22	5.300.708,09	245,71%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26.307.964,34	10.568.007,25	15.739.957,09	148,94%

Observa-se um crescimento de 165,34% da RECEITA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA em relação ao exercício de 2021, motivado pelo crescimento da RECEITA PATRIMONIAL, em razão do aumento do saldo bancário e da taxa de juros que remunerou os valores nas aplicações financeiras durante o exercício e pelo crescimento da conta OUTRAS RECEITAS CORRENTES, na qual são registradas as multas previstas na legislação aplicadas pelo PROCON-MG, que registrou aumento na ordem de 148,94% em relação à 2021.

RECEITA	2022	2021	VARIAÇÃO	%
RECEBIMENTOS ORÇAMENTÁRIOS EXTRA-	1.563.529,46	3.336.109,64	1.772.580,18	(53,13)
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.189,86	0,00	3.189,86	
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.074.974,45	3.130.357,95	(2.055.383,50)	(65,66)
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	485.365,15	205.751,68	279.613,47	135,90
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,01	(0,01)	(100,00)

Observa-se um crescimento de 165,34% na RECEITA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA em comparação ao exercício de 2021. Esse aumento foi motivado pelo crescimento da RECEITA PATRIMONIAL, decorrente do aumento do saldo bancário e da taxa de juros que remunerou os valores nas aplicações financeiras durante o exercício, e pelo crescimento da conta OUTRAS RECEITAS CORRENTES, na qual são registradas as multas previstas na legislação aplicadas pelo PROCON-MG, que apresentou um aumento na ordem de 148,94% em relação a 2021.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	2022	2021	VARIAÇÃO	%
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.107.774,68	9.997.634,87	1.110.139,81	11,10

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.107.774,68	9.997.634,87	1.110.139,81	11,10
DESPESA INTRA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00

O FEPDC apresentou resultado financeiro superavitário na ordem de R\$20.850.776,58 representando um crescimento equivalente a 38,72%, o que demonstra a capacidade do Fundo de geração de Caixa e Equivalentes.

SALDO EM ESPÉCIE	2022	2021	VARIAÇÃO
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	74.706.493,66	53.855.717,08	20.850.776,58

O SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE coincide com o saldo contábil da conta Caixa e Equivalentes de Caixa no Balanço Patrimonial. Foi conciliado pela Diretoria de Contabilidade e atestado pela Superintendência de Finanças.

2.3. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial, segundo o MCASP, evidencia de forma qualitativa e quantitativa a situação patrimonial da Administração Pública por meio de contas representativas do patrimônio público, assim como os atos potenciais.

2.3.1. Ativo

No Ativo encontram-se os recursos controlados pela entidade, como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem, para a entidade, benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

2.3.1.1. Ativo Circulante

São classificados como circulantes os recursos disponíveis para realização imediata e os ativos, cuja expectativa de realização é de doze meses após a data das Demonstrações Contábeis.

2.3.1.1.1. Caixa e Equivalente de Caixa

CONTAS		2022	2021	%
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	74.706.493,66	53.855.717,08	38,72
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	26.329,04	5.686,53	363,01
1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS	74.495.417,25	53.848.500,88	38,34
1.1.1.1.2.03	RECURSOS FINANCEIROS CENTRALIZADOS CONTA UNICA A RECEBER - ARRECADAÇÃO DAE	184.747,37	1.529,67	11977

As disponibilidades são constituídas pela soma dos valores registrados em BANCOS CONTA MOVIMENTO, APLICAÇÕES FINANCEIRAS, registradas em moeda nacional e aplicadas em Fundos de Títulos Públicos e dos RECURSOS FINANCEIROS A RECEBER POR ARRECADAÇÃO DE DAE.

A conta CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA corresponde a 32,83% do ativo total. Em relação a 2021, teve aumento de 38,72%, esse crescimento foi impulsionado pelo aumento do saldo bancário, que foi ampliado pelo aumento de recebimentos das multas administrativas aplicadas pelo Fundo após a implementação do recebimento via boleto bancário e a melhor remuneração das aplicações financeiras no exercício.

Os valores constantes em APLICAÇÕES FINANCEIRAS encontram-se aplicados em Fundos de Títulos Públicos. Todos os rendimentos foram registrados e conciliados inclusive os do mês de dezembro de 2022, sendo expressos em moeda nacional.

O saldo da conta RECURSOS FINANCEIROS A RECEBER POR ARRECAÇÃO DE DAE refere-se às arrecadações números 3046, 3047, 3052 e 3065 registradas no SIAFI em 06 de janeiro 2023, no período de ajustes, retroativo a dezembro de 2022.

Os valores constantes no Balanço são apresentados consolidados por Unidade Orçamentária, assim, segue a composição das contas:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CONTA		2022	2021
1090005	1.1.1.1.1.02	BANCOS MOVIMENTO CONTA	24.083,18	3.413,17
1090010	1.1.1.1.1.02	BANCOS MOVIMENTO CONTA	2.245,86	2.245,86
1090021	1.1.1.1.1.02	BANCOS MOVIMENTO CONTA	-	27,50
TOTAL MOVIMENTO			26.329,04	5.686,53
1090005	1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS	74.495.417,25	53.848.500,88
TOTAL			74.521.746,29	53.854.187,41

O Fundo apresenta situação financeira satisfatória, com Capital Circulante Líquido em crescimento, sendo que no exercício atingiu o montante de R\$181.246.954,68, valor 235,24% superior, em comparação a 2021, demonstrando excelente liquidez, indicando que tem capacidade financeira em arcar com os compromissos firmados.

O montante das APLICAÇÕES FINANCEIRAS, R\$74.495.417,25 pertencem somente à Unidade Executora 1090005, destaca-se pelo aumento de 38,34% em relação ao ano de 2021, em decorrência da melhor remuneração das aplicações no exercício aliada ao aumento de recebimentos das multas administrativas aplicadas pelo Fundo após a implementação do recebimento via boleto bancário.

Os saldos contábeis apresentados em 31/12/2022 foram certificados pela Administração Superior juntamente com a Superintendência de Finanças. As contas que compõem esse grupo são controladas pela Diretoria de Administração Financeira e são conciliadas mensalmente pela Diretoria de Contabilidade.

2.3.1.1.2. Outros Créditos a Receber

CONTA		2022	2021
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	106.550.971,73	182.824,52

Os montantes contabilizados na rubrica OUTROS CRÉDITOS A RECEBER correspondem às multas aplicadas pelo PROCON além das penalidades estabelecidas em Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrados pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que a partir de julho de 2021 passaram a ser exigidas por meio de boletos bancários. Verificou-se que, no ano de 2022, aproximadamente 95% das multas foram quitadas por intermédio deste meio de pagamento.

Os valores não recebidos são baixados um mês após o vencimento do boleto, portanto, no saldo da conta constam apenas os valores das infrações aplicadas recentemente. É importante salientar que, no exercício de 2022, o FEPDC recebeu apenas 2,36% das multas aplicadas, indicando uma tendência de não recebimento de grande parte do valor registrado em OUTROS CRÉDITOS A RECEBER.

O Fundo está adotando todas as medidas necessárias para o acompanhamento dos valores não recebidos. Em 2022, foi aprovado e firmado o TDCO 026/2022 com a Advocacia Geral do Estado para essa finalidade. (SEI 19.16.2003.0000459/2022-36).

Os valores não recebidos ainda não foram registrados nos Atos Potenciais do Fundo em Dívida Ativa devido à falta de parâmetros para o registro no SIAFI, conforme orientação da SCCG em 11/08/2022, através do chamado Nº 1.154.148, no qual informam que estão avaliando esta demanda.

2.3.1.1.3. Estoques / Almoxarifado

Os estoques do FEPDC são compostos por itens de Almoxarifado - Materiais de Consumo da Unidade Almoxarifado SIAD 1091056.

CONTA		2022	2021	%
1.1.5	ESTOQUES	18.856,30	28.870,20	(34,69)

O texto informa que o controle de todo o material de consumo é realizado no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços – SIAD, utilizando como base de mensuração o custo médio ponderado.

No período apresentado, apenas os elementos de despesa artigos para confecção e vestuário, materiais de laboratório e produtos químicos em geral, material de segurança/apetrechos operacionais e materiais para acondicionamento e embalagem tiveram movimentação, enquanto o elemento de despesa combustíveis não teve movimentação em 2022.

A Comissão Inventariante, instituída pela Portaria Nº 3.899/2022, foi responsável pelo levantamento físico dos materiais de consumo e não apontou divergências nos relatórios preliminar e conclusivo, certificando o saldo de R\$18.856,30.

2.3.1.2. Ativo Não Circulante

Os bens e direitos classificados como Não Circulante são aqueles que têm expectativa de realização superior a doze meses, ou seja, após o período de um ano a partir da data das demonstrações contábeis. Isso inclui, por exemplo, investimentos a longo prazo, imobilizado e intangível.

É constituído por:

CONTAS		2022	2021	%
1.2.3	IMOBILIZADO	46.125.377,37	44.241.282,11	4,26
1.2.4	INTANGÍVEL	139.263,68	143.283,25	(2,81)
TOTAL		46.264.641,05	44.384.565,36	4,24

2.3.1.2.1. Imobilizado

Constituído pelos valores registrados nos grupos de contas: Bens Móveis, Imóveis e Depreciação Acumulada, é responsável por 20,27% do total do Ativo e 99,70% do Ativo não Circulante e encerrou o exercício com o valor de R\$46.125.377,37 distribuídos em:

CONTAS		2022	2021	%
1.2.3.1.1	Bens Móveis – Consolidação	8.197.368,68	6.148.535,78	33,32
1.2.3.2.1	Bens Imóveis – Consolidação	40.000.000,00	40.000.000,00	-
1.2.3.8.1	(-) Depreciação, Ex. Amort. Acumulados	(2.071.991,31)	(1.907.253,67)	8,64
TOTAL		46.125.377,37	44.241.282,11	4,26

2.3.1.2.1.1. Bens Móveis

A mensuração dos Bens Móveis do FEPDC é evidenciada pelo custo histórico, cujos valores constam nos devidos documentos comprobatórios de entrada, tais como notas fiscais e termos de doação, no Sistema Integrado de Compras, Contratos, Almoxarifado e Patrimônio (SICCAP) e Sistema PERGAMUM para o controle dos Acervos Bibliográficos.

O valor total de R\$8.197.368,68 é composto por seis Unidades Executoras:

UNIDADE EXECUTORA	2022	2021
1090005 - FEPDC	4.654.761,64	4.826.979,08
1090009 - TDCO - FUNED DET ALERGENOS	125.535,04	
1090010 - TDCO - PCMG – DEICC	519.306,71	519.306,71
1090017 - TDCO – PMMG	991.673,29	765.699,99
1090021 - TDCO – IMA	1.882.750,00	36.550,00
1090025 - TDCO – PCMG 1ºDRPC	23.342,00	
TOTAL	8.197.368,68	6.148.535,78

O crescimento de 33,32% ocorreu em razão da aquisição de bens móveis através de TDCO, nas seguintes Unidades Executoras 1090009, 1090017, 1090021 e 1090025.

Do total dos bens móveis vinculados à Unidade Executora 1090005, aproximadamente 34,99% são compostos por Equipamentos de Comunicação/Telefonia e cerca de 30,73% são Veículos.

O Termo de Descentralização que mais investiu em bens móveis foi o 121/2020, celebrado com o IMA-Instituto Mineiro de Agropecuária, sendo composto integralmente por Equipamentos Hospitalares/Laboratório.

Das baixas ocorridas no período, as mais significativas, de 38,95%, foram realizadas no Mobiliário e 51,53% nos Equipamentos de Informática. A maioria foi em decorrência de doações e transferências de bens classificados como inservíveis para a Instituição.

A Comissão Inventariante, designada pela Portaria Nº 3.897 e encarregada de promover o inventário dos bens móveis, analisou separadamente o inventário do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, incluindo os bens intangíveis registrados no SICCAP, em conformidade com a recomendação do Tribunal de Contas no processo 1.102.344.

No relatório conclusivo, foi constatado que 988 itens pertencentes ao FEPDC foram classificados como em uso, 95 não puderam ser localizados, 17 estavam inativos e 2 foram encontrados sem plaquetas identificação.

Importante salientar o apontamento realizado no Relatório conclusivo, que o fato de os fiscais terem classificado os bens como não localizados não significa que eles estejam desaparecidos e sim, que não se encontram sob a responsabilidade do fiscal apontado como seu gestor durante a realização do inventário. Além disso, a Divisão de Materiais continuará realizando contatos com todas as Unidades para a atualização e correção da localização de todos os bens, como realizado nos anos anteriores, em busca da regularização do inventário.

Ao término dos trabalhos, a comissão sugeriu que os ajustes fossem providenciados durante o primeiro semestre de 2023. Além disso, o relatório conclusivo propôs aprimoramentos no sistema SICCAP e a implantação de ferramentas de controle e inventário, como RFID, QR Code ou código de barras, inventário extraordinário na DIMAT, vinculação dos notebooks usados pelos membros diretamente ao responsável e não à Unidade Administrativa, educação institucional para disseminar as melhores práticas de controle patrimonial aos responsáveis, participação da Corregedoria Geral e da Superintendência de Recursos Humanos para orientar e fiscalizar a atuação dos membros e servidores no inventário de bens permanentes. (SEI 19.16.3923.0151609/2022-76)

Ademais, a comissão inventariante, instituída pela Portaria Nº 3.898 para promover o inventário físico e financeiro do Acervo Bibliográfico, em relatório preliminar apurou a existência de uma obra localizada na unidade Procon - Assessoria Jurídica, embora registrada

na unidade Procon – Divisão de Educação para o Consumo, patrimônio número 29696, com o valor de R\$203,84. No relatório conclusivo de 31/12/2022, constatou-se que o acerto foi providenciado. O total de exemplares pertencentes ao Fundo é de 191, perfazendo o valor de R\$ 15.485,55.

A Diretoria de Contabilidade realiza conciliação mensal entre os saldos dos bens móveis no SICCAP e no SIAFI/MG. As conciliações do mês de dezembro são partes integrantes desta Prestação de Contas, assim como os Relatórios das Comissões Inventariantes.

Salientamos que no entendimento da Auditoria Interna no Relatório da Prestação de Contas Anual, analogamente ao desta Diretoria de Contabilidade, no que a execução através de TDCO “*a competência e o dever para o exercício do controle são dos respectivos órgãos para os quais foram abertas essas unidades executoras*”.

Em decorrência desta manifestação, a Diretoria de Contabilidade abriu uma consulta à SEF/MG para que os bens adquiridos por meio de TDCO fossem devidamente registrados separadamente dos bens do Fundo, cuja resposta foi de impossibilidade de implementação, uma vez que o processo é automático no SIAD e atende a todas as Unidades do Estado.

2.3.1.2.2. Bens Imóveis

A base de Mensuração dos Bens Imóveis - OBRAS E INSTALAÇÕES EM ANDAMENTO é evidenciada através do Custo Histórico, cujos valores constam nos Processos de Pagamentos das notas fiscais comprobatórias, quando das medições mensais relativas à execução dos Contratos de Obras.

CONTA		2022	2021
1.2.3.2.1.03	OBRAS E INSTALAÇÕES EM ANDAMENTO	40.000.000,00	40.000.000,00
TOTAL		40.000.000,00	40.000.000,00

O saldo contábil consolidado em 31/12/2022 é de R\$40.000.000,00 e se refere ao empenho 927/2017, classificação orçamentária 4451.03.061.738.4256.0001.4.4.90.61.06.0.60.1 relativo à parte de desapropriação de imóvel localizado na Rua Gonçalves Dias Nº 2.039, conforme Ofício SEA/DG/PGJAA/PGJ Nº 56/2017, para instalação da sede própria do MPMG em Belo Horizonte, Decreto Estadual Nº 536 de 27/12/2017, declarando utilidade pública para a desapropriação de pleno domínio, Termo de Anuência entre as Partes, (PGJMG e Construtora Círculo Ltda.) de 22/06/2018.

Insta salientar que a comissão inventariante instituída pela Portaria Nº 3.902, encarregada de promover o inventário físico e financeiro dos Bens Imóveis, realizou a análise dos imóveis em conjunto com a PGJ, tendo ratificado os saldos após esclarecimentos da Superintendência de Engenharia e Arquitetura (SEA).

2.3.1.2.3. Depreciação Acumulada

A depreciação dos bens móveis, implantada em 2010, foi calculada pelo método linear, utilizando as taxas estabelecidas na IN SRF Nº 162 de 31/12/1998, vigente à época.

O saldo acumulado de (R\$2.071.991,31), refere-se à movimentação do exercício de 2010 até o mês de dezembro de 2022, referente apenas ao uso dos bens registrados na Unidade Executora 1090005, sendo que em 2010, 2011 e 2012, a apropriação foi efetuada anualmente e a partir de 2013, a apropriação passou a ser realizada mensalmente. O marco inicial da apropriação da depreciação inclui somente os bens que entraram em uso a partir do exercício de 2010, enquanto os anteriores a esse exercício aguardam a definição dos critérios e adequação dos procedimentos no Sistema de Controle de Bens Móveis.

2.3.1.2.4. Intangível

Compreendidos os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

A mensuração dos Bens Intangíveis - Softwares do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - FEPDC encontra-se evidenciada pelo custo histórico, cujos valores constam nos devidos documentos comprobatórios de entrada, notas fiscais de aquisição, registrados no Sistema Integrado de Compras, Contratos, Almoxarifado e Patrimônio (SICCAP).

Os bens Intangíveis representados pela Classe 3927 – Serviços de Tecnologia da Informação – Softwares, compreendem 02 bens no valor total de R\$139.263,68 e são conciliados pela Diretoria de Contabilidade, conforme conciliação anexa à esta Prestação de Contas.

O saldo é composto por:

UNIDADE EXECUTORA	2022	2021
1090005 - FEPDC	6.009,39	10.028,96
1090010 - TDCO - PCMG - DEICC	133.254,29	133.254,29
TOTAL	139.263,68	143.283,25

2.3.1.2.5. Amortização Acumulada

A amortização é realizada sobre os bens intangíveis que tiverem a vida útil econômica limitada e tem como característica fundamental a redução dos seus valores conforme o método adotado.

No âmbito do MPMG/PGJ foi adotada a partir de setembro de 2022, processo SEI 19.16.3670.0108867/2022-16, é calculada mensalmente pelo método linear (ou cotas constantes) e incide sobre os bens intangíveis ao longo da sua vida útil. Em relação ao valor residual, definiu-se que os ativos intangíveis com vida útil definida é zero.

O saldo acumulado de (R\$4.019,57), refere-se à movimentação do exercício de 2022 no período de setembro a dezembro, aplicada apenas aos bens da Unidade Executora 1090005, sendo que a apropriação foi efetuada mensalmente.

2.3.2. Passivo

Segundo o MCASP, Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

2.3.2.1. Passivo Circulante

Os passivos são classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

CONTA		2022	2021	%
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	29.367,01	2.663,98	1.002,37

O saldo do Passivo Circulante do FEPDC, totalmente quitado em 2023, é composto pela conta de FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE CURTO PRAZO, representando 25% do total, enquanto o restante é representado pela conta de VALORES RESTITUÍVEIS. Mesmo apresentando um crescimento de 1.002,37% no exercício, o Passivo Circulante ainda representa menos de 1% do total do passivo.

2.3.3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido de acordo com o MCASP, é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações.

No Patrimônio Líquido deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens, conforme quadro abaixo:

CONTA		2022	2021
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	227.511.595,73	98.449.552,40
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	264.338.219,34	135.007.793,87
2.3.7.1.1.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	129.330.425,47	5.210.549,64
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	135.007.793,87	129.797.244,23
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	(34.872.691,23)	(34.876.643,48)
2.3.7.1.2.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	3.952,25	0,00
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	(34.876.643,48)	(34.876.643,48)
2.3.7.1.3	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	(1.831,43)	0,00
2.3.7.1.3.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	(1.831,43)	0,00
2.3.7.1.5	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	(1.952.100,95)	(1.681.597,99)
2.3.7.1.5.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	(270.502,96)	(1.681.597,99)
2.3.7.1.5.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	(1.681.597,99)	0,00

O Patrimônio Líquido manteve o saldo positivo, com crescimento de 131,09% no exercício.

Observa-se que em 2022 o FEPDC apresentou um superávit de R\$129.062.043,33 demonstrando uma gestão patrimonial responsável. Este resultado foi apurado na

Demonstração das Variações Patrimoniais e incorporado ao PL. No Balanço Patrimonial é obtido pelo o somatório das contas 2.3.71.1.01, 2.3.7.1.2.01, 2.3.7.1.3.01 e 2.3.7.1.5.01.

2.3.3.1. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Patrimoniais

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	181.257.465,39	54.038.541,60
ATIVO PERMANENTE	46.283.497,35	44.413.674,78
TOTAL DO ATIVO	227.540.962,74	98.452.216,38
PASSIVO FINANCEIRO	1.112.604,41	3.293.068,62
TOTAL DO PASSIVO	1.112.604,41	3.293.068,62
SALDO PATRIMONIAL	226.428.358,33	95.159.147,76

O Ativo Financeiro compreende os valores numerários e os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária.

No Ativo Permanente encontram-se os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

O Passivo Financeiro engloba as dívidas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

No quadro acima, pode-se observar que o Fundo possui uma margem confortável para cumprir suas obrigações, já que o passivo financeiro corresponde a apenas 0,61% do ativo financeiro. Além disso, o resultado patrimonial é positivo, e o superávit financeiro de R\$180.174.227,99 evidencia uma gestão financeira responsável.

O Ativo Financeiro do FEPDC é composto por duas rubricas: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA e OUTROS CRÉDITOS A RECEBER. Como mencionado anteriormente, há uma

tendência de não recebimento de grande parte do valor registrado. No entanto, mesmo ao excluir seu saldo, no valor de R\$106.550.971,73, o resultado financeiro continua apresentando superávit de R\$ 73.623.256,26.

Esse recálculo torna-se necessário, uma vez que o Superávit Financeiro pode ser utilizado para abertura créditos adicionais no exercício de 2023.

2.3.3.2. Quadro das Contas de Compensação

Compreendem as contas representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos. Os Atos Potenciais ativos e passivos a executar, de acordo com o MCASP, potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. O Quadro abaixo foi extraído do Balanço Patrimonial elaborado pela SEF/MG.

Os Atos Potenciais Ativos são compostos por apólices de seguros recebidas, pela Unidade Executora 1090005 – FEPDC.

ATOS POTENCIAIS	2022	2021	%
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	1.053.630,43	1.339.176,05	
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.053.630,43	1.339.176,05	(21,32)
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	94.079,66	94.079,72	
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	6.121.673,41	5.516.445,52	
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	6.215.753,07	5.610.525,24	10,79

As Garantias e Contragarantias do Fundo são compostos por apólices de seguros recebidas, pela Unidade Executora 1090005 – FEPDC:

NOME	CONTRATO	CNPJ	DATA DO VENCIMENTO	VALOR
POTENCIAL SEGURADORA	25/2019	11.699.534/0001-74	31/07/2022	69.317,76
POTENCIAL SEGURADORA	86/2021	11.699.534/0001-74	29/11/2023	138.283,84
JUNTO SEGUROS S.A	27/2019	84.948.157/0001-33	29/07/2024	368,06
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	134/2018	61.198.164/0001-60	28/08/2022	840.425,00
POTTENCIAL SEGURADORA S.A	109/2018	11.699.534/0001-74	15/07/2023	5.235,77
TOTAL				1.053.630,43

As obrigações contratuais do Fundo incluem contratos de fornecimento, aluguel e serviços, sendo que o último é o mais significativo, representando 90,57% do valor total. O montante total das obrigações contratuais corresponde às obrigações das Unidades Executoras 1090005, 1090009, 1090018 e 1090025, conforme detalhado abaixo:

CONTRATOS	FORNECIMENTO	SERVIÇO	ALUGUEL	TOTAL 2022	TOTAL 2021
1090005 – FEPDC	0,01	5.030.548,97	232.833,17	5.263.382,15	3.695.795,57
1090009 - TDCO FUNED	329.500,81			329.500,81	105.116,49
1090017 - TDCO PCMG				-	204.761,30
1090018 – TDCO CBMMG		513.876,00		513.876,00	-
1090021 - TDCO IMA				-	1.510.772,16

1090025 – TDCO PCMG 1ºDRPC	14.914,45			14.914,45	-
TOTAL	344.415,27	5.544.424,97	232.833,17	6.121.673,41	5.516.445,52

Nota-se em 2022, aumento nas obrigações contratuais a executar em torno de 10,97%, principalmente nos contratos de serviços, devido ao Termo Aditivo ao contrato firmado com a empresa Plansul Planejamento e Consultoria e do contrato de serviço em decorrência do TDCO 003/2021, firmado com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais para desenvolvimento de aplicativo mobile a fim de potencializar o serviço de segurança contra incêndio e pânico.

Em relação ao valor de R\$0,01 da Unidade 1090005, referente ao contrato 2018029202174, destacamos que a baixa foi solicitada pela Diretoria de Contabilidade e pela comissão inventariante, instituída pela Portaria Nº 3.901/2022, responsável por inventariar os Valores em Tesouraria e Passivo, bem como os Valores registrados em Restos a Pagar. Em seu relatório conclusivo, a comissão apontou, no documento 4551850 anexado ao processo SEI 19.16.3850.0139823/2022-69, a manifestação da Diretoria de Contratos sobre a impossibilidade de cancelamento do saldo residual, informando que quando o contrato for encerrado no sistema, após o término da vigência, o saldo será zerado.

A comissão inventariante apontou a existência de *“Atos Potenciais Passivos que podem afetar o patrimônio e não estão contabilizados nas contas de Contratos a Executar do grupo de Obrigações Contratuais”*, entretanto, destaca-se que todos os atos que possam vir a afetar o patrimônio do Fundo estão corretamente contabilizados e foram conciliados pela Diretoria de Contabilidade, conforme constatado no Relatório sobre a Contas do Exercício de 2022 elaborado pela Auditoria Interna.

Na Unidade Executora 1090005 – FEPDC, dentre os contratos de serviço, destaca-se o firmado com a empresa Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI, com aditivo no exercício no valor de R\$2.383.214,88.

O Fundo possui apenas uma contratação de aluguel, com a empresa Cawf Participações Empreendimentos Ltda, e é relativo à locação do imóvel situado na Rua Goitacazes, 1212, 1216, 1218 e 1220, Barro Preto/BH.

2.4. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As Variações Patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado.

Em 2022, esse resultado foi de superávit no valor de R\$129.062.043,33.

CONTA	2022	2021
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	409.563.883,10	16.259.577,68
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	(280.501.839,77)	(12.730.626,03)
RESULTADO PATRIMONIAL	129.062.043,33	3.528.951,65

2.4.1. Variações Patrimoniais Aumentativas

Correspondem a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

CONTA	2022	2021	%
4.4 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	7.458.039,31	2.155.917,59	245,93
4.5 TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	4.013.745,26	1.084.412,93	270,13
4.6 VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	504,40	28,75	1.654,43
4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	398.091.594,13	13.019.218,41	2.957,72
TOTAL	409.563.883,10	16.259.577,68	2.418,91

Em 2022, ocorreu crescimento significativo nas Variações Patrimoniais Aumentativas. O aumento de 245,93% apresentado na conta de Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras deve-se ao aumento do principal, após a implementação do recebimento de multas administrativas via boleto bancário, e à melhor remuneração das aplicações financeiras no ano.

As variações referentes às Transferências e Delegações Recebidas tiveram um aumento expressivo em razão da descentralização dos recursos às seguintes Unidades Executoras:

COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ÓRGAO		2022	2021
1090009	FUNED DET ALERGENOS	126.106,49	277.115,84
1090017	PMMG	225.973,30	765.699,99
1090021	IMA	1.978.930,86	39.482,50
1090025	PCMG 1ªDRPC	23.342,00	0,00
1090034	AGE	15.570,75	0,00
1090035	PCMG	1.637.255,51	0,00
TOTAL		4.007.178,91	1.082.298,33

O acréscimo considerável na conta VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES decorre, em sua maioria, da liquidação de Restos a Pagar Não Processados, referentes à incorporação de bens móveis no patrimônio do Fundo e nas Unidades Executoras 1090009, 1090017, 1090021 e 1090025.

Ademais, as multas previstas na legislação aplicadas pelo PROCON-MG, registradas em OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS que representam 96% do total de VPA, tiveram um aumento de 3.558,32% em relação ao exercício de 2021. Tais valores encontram-se segregados nas contas MULTAS ADMINISTRATIVAS e

INSCRIÇÃO/ATUALIZAÇÃO DE DIREITOS, sendo que em 2022, houve um aumento expressivo em razão da emissão de boletos para a arrecadação de multas.

CONTA		2022	2021	%
4.9.9.5.1.0.1	MULTAS ADMINISTRATIVAS	18.923.400,82	10.285.663,70	83,98

CONTA		2022	2021	%
4.9.9.9.1.0.6	INSCRICAO/ATUALIZACAO DE DIREITOS	374.242.533,08	461.494,01	80.993,69

2.4.2. Variações Patrimoniais Diminutivas

As variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são transações que promovem diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.

CONTA		2022	2021	%
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	6.457.579,17	3.754.994,02	71,97
3.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	13.699,46	0,00	
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	8.517.816,28	6.581.582,63	29,42
3.7	TRIBUTÁRIAS	1.831,43	0,00	
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	265.510.913,43	2.394.049,38	10.990,45
TOTAL		280.501.839,77	12.730.626,03	2.103,36

Em 2022, as Variações Patrimoniais Diminutivas cresceram 2.103,36% em relação ao exercício anterior.

Contribuíram para este aumento a prestação de serviços de terceiros, através de contratação de pessoa jurídica, que teve um acréscimo em virtude do aditivo ao contrato número 9290266 celebrado com a empresa Plansul Planejamento e Consultoria e a descentralização de recursos para o TDCO 028/2022 celebrado com a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, conforme exposto anteriormente neste relatório.

O saldo da conta DESCONTOS FINANCEIROS, grupo 3.4, se deve ao registro dos descontos financeiros concedidos nos boletos bancários emitidos pelo Fundo para arrecadação de multas, tal procedimento iniciou-se neste exercício, após orientação da Contadoria conforme consulta Nº 1.208.247.

Durante este exercício, a conta de VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA - CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO B.F. representou 93% do total de VPDs. A notável variação observada nesta conta é resultado da baixa de boletos na conta do ativo OUTROS CRÉDITOS A RECEBER, realizada um mês após seu vencimento, quando são considerados inadimplentes pela instituição financeira responsável.

As variações decorrentes das TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS decorrem da celebração de convênios de “Reestruturação de Procon’s Municipais e Estruturação de SIM – Serviço de Inspeção Municipal em diversos municípios, da implantação de projetos através de Consórcios Intermunicipais, além das descentralizações de recursos que conforme exposto anteriormente neste relatório, tiveram relevante participação nas no total das despesas.

A rubrica Diárias de Viagem-Pessoal Civil/Militar aumentou, consideravelmente, em virtude da retomada das atividades de fiscalização de estabelecimentos pelo Procon no período pós pandemia do Covid-19.

Foram efetuados ajustes na conciliação da conta OUTROS CREDITOS A RECEBER. Houve mudança na forma de registro do nível auxiliar, conforme orientação da Contadoria Geral (consulta 1.119.252). O saldo das contas auxiliares foi baixado, porque eram registrados por

CPF do devedor e, passaram a ser feitos no CPF Administrativo 999.999.601-97-DEVEDORES POR MULTAS E/OU PENAS PECUNIÁRIAS.

2.5. NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Segundo o MCASP a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) permite identificar as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período e o saldo do caixa na data das demonstrações. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada pelo método direto, evidenciando a movimentação de caixa e de seus equivalentes, nas atividades Operacionais e de Investimentos apenas, visto que o FEPDC não possui atividades de Financiamento.

2.5.1. Atividades Operacionais

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021	%
INGRESSOS	33.768.660,16	12.725.338,47	165,37
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	33.768.660,16	12.725.338,47	165,34
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	2.656,51	0,00	
DESEMBOLSOS	10.681.233,36	9.074.645,75	17,70
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	6.173.210,09	3.553.857,27	73,70
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	4.508.023,27	5.497.169,70	(17,99)
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	0,00	23.618,78	(100,00)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	23.087.426,80	3.650.692,72	532,41

No exercício de 2022, as Atividades Operacionais geraram Fluxo de Caixa Líquido consideravelmente maior que o exercício anterior, sendo que os Ingressos Operacionais representados pelas Receitas Derivadas e Originárias cresceram 165,34% no período em decorrência da aplicação de multas em razão da legislação pertinente. Cabe ressaltar que tais aplicações independem dos atos de gestão.

Os desembolsos oriundos da Atividade Operacional cresceram 17,70%, sendo que tal acréscimo se deve principalmente aos pagamentos de prestação de serviços, diárias e celebração de convênios diversos.

2.5.2. Atividades de Investimento

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2022	2021	%
DESEMBOLSOS	2.236.650,22	802.249,99	178,80
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.236.650,22	802.249,99	178,80
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.236.650,22)	(802.249,99)	178,80

Assim como ocorrido nos últimos exercícios, em 2022 os ingressos de recursos provieram exclusivamente das Atividades Operacionais, uma vez que não houve entrada de recursos nas atividades de Investimentos, gerando um fluxo de caixa líquido negativo nesta atividade.

Os desembolsos apresentaram um aumento significativo de 178,80% em relação ao ano anterior e estão relacionados ao custeio de atividades executadas nas Unidades Executoras 1090009, 1090010, 1090017 e 1090021.

2.5.3. Resultado

EXERCÍCIO	2022	2021
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL (1)	53.855.717,08	51.007.274,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL (2)	74.706.493,66	53.855.717,08
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO EXERCÍCIO (2 - 1)	20.850.776,58	2.848.442,73

A geração líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, apurada pela diferença entre a geração de caixa operacional e os desembolsos destinados aos investimentos, resultou em uma geração de caixa positiva, correspondente a 632,01% de crescimento em relação ao exercício de 2021.

Os valores de CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA contemplam os valores contidos em todas as unidades executoras. A geração líquida de caixa somente do FEPDC, Unidade Executora 1090005, foi de R\$20.850.804,08.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Detalhadas as informações relativas às Demonstrações Contábeis do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, a Superintendência de Finanças, por meio da Diretoria de Contabilidade, atesta que informações apresentadas nestas Notas Explicativas são fidedignas e refletem a realidade da gestão do patrimônio do Fundo.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2023.

Íris Duarte Rêgo
Analista do MP
Mamp 4826-00
CRCMG 077.337/0
Responsável pela Emissão

Letícia Mara de Souza Silva
Analista do MP
Mamp 6138-00
CRCMG 101.600
Contador

Daniilo Botelho de Carvalho
Mamp 4537-00
Superintendente de Finanças